

# Resenha



RONCAYOLO, Marcel. **As funções da cidade.** In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986. V.8. p. 411-421



**Lídia Santana**

Mestranda em Análise Regional pela UNIFACS

Abordagem de Roncayolo em **As funções da cidade** inscreve-se no contexto de uma análise abrangente de cidade, em que o autor identifica sete blocos temáticos considerados de forma segmentada, mas segundo uma visão interrelacionada, isto é, como galerias que se interpenetram e comunicam-se, expressando a complexidade do tema e dos processos que interferem na formação, composição e especificidades das cidades, no tempo e no espaço.

Para expressar a importância das funções, a cidade é enfocada como uma unidade de um sistema em que estruturas internas e relações externas articulam-se, na medida em que estas "...parecem determinar o conteúdo social, o modo de vida da cidade e, por outro lado, delimitam zonas de influência e explicam a localização da cidade na organização espacial" (p.411).

Na análise que se desenrola em cinco tópicos, Roncayolo desenvolve o conceito de funções e traz à tona os modelos e teorias que buscam explicar a organização espacial através do estudo da funcionalidade das cidades, mostrando que o arcabouço teórico disponível apresenta limitações tais que não permitem relacionar a forma como o espaço urbano se estrutura com os processos econômicos, políticos e sociais que se desdobram nas cidades.

Desde o primeiro tópico, **Funções e atividades**, o autor busca explicitar o conceito de funções, evidenciando que seu conteúdo tem sido interpretado de forma parcial e simplificada e, destacando as associações correntes entre funções e atividades, questiona: "Concorrerão as atividades - e da mesma maneira - para o exercício das funções urbanas e, sobretudo, para o papel externo a desempenhar pela cidade?" (p.411). Além disso, levanta uma outra questão: "E que existe, enfim, de especificamente urbano em certas atividades, ao ponto de que a sua presença baste para qualificar a cidade?" (p.411).

O debate que se segue deixa claro que a mera classificação das funções não leva a uma tipologia de cidade e que nem mesmo algumas das funções tradicionalmente identificadas no espaço urbano (política, religiosa, cultural, industrial, comercial, turística e residencial) seriam exclusivas às cidades, querendo demonstrar, com isso, que a atividade, de per si, não seria requisito suficiente para caracterizar o espaço urbano. Exemplificando, ressalta que, em determinados contextos, sua presença pode, inclusive, resultar no esvaziamento das concentrações urbanas, como ocorreu com a localização industrial dispersa na Europa do século XVIII.

Afirmando que "...a prova fundamental é a transição para a estabili-

dade, a permanência das funções no tempo e no espaço, a sua íntima radicação ao ambiente" (p.412), o autor relativiza o papel das funções tomadas de forma isolada como elemento de caracterização do espaço urbano e de formação das cidades e, retomando a discussão sob outro ângulo, reforça as teses de Camille Jullian, no sentido de distinguir os elementos de formação dos de desenvolvimento das cidades, mas ressalta, também, a importância de conjugar a análise dos processos à análise separada das funções, "...enquanto construção contínua, em relação à simples consideração estática das relações" (p.413).

Criticando o determinismo geográfico implícito ao conceito de locais privilegiados na formação de cidades, cita Lucien Febvre, destacando o aproveitamento aleatório desses lugares na escolha dos sítios, e a resistência temporal das cidades estabelecidas, "enquanto as técnicas de produção e permuta, de engenharia militar e civil, o rumo das correntes comerciais, as estruturas políticas mudam" (p.413).

Na essência, a abordagem mostra que as cidades caracterizam-se por uma combinação de funções, ainda que em níveis diferenciados, desde a sua formação, e que a experiência histórica não permite destacar, de forma generalizada, a primazia de determinada função primária (política, religiosa, militar, comercial) nem padro-

# “... as cidades do século XIX tiveram uma forte componente econômica no seu processo de desenvolvimento...”

nizar a descrição da gênese das cidades.

Reconhece, entretanto, que as cidades do século XIX tiveram uma forte componente econômica no seu processo de desenvolvimento, sendo profundamente afetadas pela produção, pelos transportes pesados e pela aglomeração desses fatores e que, no século XX, esta componente passa a ser essencialmente política e não “simples reflexos do mercado”.

Respondendo à questão inicialmente formulada sobre a característica da cidade e suas funções e, justificando a afirmação de que a função é a razão de ser da cidade, Roncayolo esboça a seguinte conceituação:

*As funções são apenas categorias cujo conteúdo real se transforma no tempo e, mais do que a sua história fragmentada, é o posto relativo por elas ocupado, é a sua combinação específica, característica duma sociedade, duma civilização ou duma formação histórica que conviria definir (p.414).*

Em **O problema da base: tipologias funcionais**, o autor evidencia a fragilidade teórico-metodológica dos estudos que tentaram estabelecer as relações entre as funções e, a partir delas, definir uma tipologia de base, criticando os métodos empregados, dada sua incapacidade em proporcionar uma visualização dinâmica da posição da cidade em seus contextos interespaçiais.

A questão de “como definir rigorosamente os fluxos territoriais a par-

tir de atividades industriais descendidas, definidas como entidades não espaciais”, (p.415) ou de como analisar os fluxos virtuais e reais e suas implicações para o espaço urbano em um contexto de globalização e telemática, traz um novo espectro à análise regional, tornando ainda mais limitados os instrumentos teóricos tradicionais. Segundo Pedrão (1999), “...sua base conceitual ficou paralisada antes dos avanços da ciência desde a década de 1960, mantendo-se como uma construção cartesiana transferida ao meio social, incapaz de absorver as revoluções do pensamento científico”, tornando-se, assim, “mero exercício de análise formal, destituída de capacidade crítica.”

Com isso, o problema de base parece esbarrar na questão da escala e da complexidade acrescidas no contexto contemporâneo e na necessidade, ainda maior, de pesquisas e parâmetros mais atualizados para entender a estrutura da organização espacial que se desenha em torno de uma nova ordem econômica e institucional, com seus reflexos sobre as funções e os espaços urbanos.

Em **Hierarquias e zonas urbanas**, o autor ressalta as limitações dos modelos teóricos baseados na análise funcional e na ênfase da organização espacial, questionando os pressupostos teóricos implícitos à idéia de um sistema ordenadamente hierarquizado, e na escolha *a priori* das variáveis na sua construção.

Considera que o princípio de localização e hierarquia de cidades baseado no comportamento de consumidores e na distribuição de bens e serviços não contempla a dinâmica funcional, na medida em que não refletem os processos e os modos como eles criam, absorvem e modificam o espaço, nem explicam a gênese das estruturas urbanas no tempo.

A crítica é, portanto, da mesma natureza que a anterior, prendendo-se basicamente à linearidade do instrumental e à interpretação acrítica e estática da organização espacial derivada de sua aplicação. Esses modelos parecem, assim, expressar uma

determinada concepção do perfil desigual da reprodução da economia no espaço, próxima à teoria dos pólos de crescimento, cujos desdobramentos em termos espaciais tenderiam à formação de centros dinâmicos (decorrentes da presença de unidades fabris) em torno do qual se estruturariam, por gravitação, cidades-satélites dependentes.

Reforçando essas análises, em **Limites do modelo dos lugares centrais** o autor aponta a descontinuidade e a heterogeneidade da estrutura urbana verificadas na Europa Ocidental no século XVIII, observando que essa mesma estrutura sofreria modificações em sua hierarquia com o processo de industrialização do século XIX, dando lugar a uma nova organização espacial, na qual a unidade é transferida da cidade para a rede regional, e questiona, também aí, até que ponto se poderiam considerar homogêneas essas redes.

Na seqüência, apresenta exemplos de mudanças em determinado sistema funcional para uma organização estruturada em torno de uma “metrópole polivalente” e, focalizando as metrópoles dos Estados Unidos, ressalta a limitação da análise clássica das redes urbanas implícita ao modelo dos lugares centrais, na medida em que a divisão funcional, nesses espaços, não obedece aos princípios exclusivamente hierárquicos, mas “...antes combinam a especialização, complementaridade e concorrência” (p.419).

O autor mostra, ainda, que a classificação das funções está também permanentemente sujeita a alterações em termos de sua importância na organização espacial, citando de Milão, como exemplo de como uma mesma cidade pode assumir níveis distintos de organização, sem que os espaços deles decorrentes estejam rigorosamente interligados. Nesse sentido, o autor recorre às constatações de Dugrand que já alertava, nos finais dos 50, para o enfraquecimento das relações entre as redes regionais na França, dado o peso e à influência hegemônica da região de Paris sobre

o território francês, em detrimento do esquema funcional das redes regionais, até então predominante.

O caso de Paris, citado pelo autor, guarda suas origens na forma como o modelo fordista de produção se deu sobre o seu território, em particular sobre a divisão espacial e social do trabalho, visto que as tarefas de direção ali se concentraram maciçamente, enquanto a produção ao nível da fábrica se interiorizava. O papel da região de Paris é hoje, em relação às demais regiões da França, de certa forma condicionado por essa herança histórica, que também foi determinante na conformação de sua escala e nível de complexidade na economia global.

Em a **Gênese das redes urbanas**, o autor demonstra a multiplicidade de fatores que interferem na organização territorial, levando à relativização da procura por bens e serviços como elemento determinante ou prioritário em sua constituição. Além da tendência à continuidade histórica da cidade, ressalta a relação entre estrutura urbana e instituição política, como condicionante à esquematização territorial envolvendo as cidades e suas zonas de influência.

Destacando que as tradições políticas sempre tiveram influência na organização urbana e em suas hierarquias, assim como certos fatores históricos, como a densidade, a prosperidade do núcleo urbano, entre outros, pesaram sobre as instituições políticas e o desenvolvimento dos estados nacionais, crê Roncayolo que os fundamentos econômicos das hierarquias urbanas poderiam estar associados, não à clientela de um produto, como tradicionalmente sugerem os modelos teóricos, mas à produção ou ao seu controle, à iniciativa dos empresários ou ao domínio financeiro e, nesse sentido, considera que as estratégias de investimentos, entre outros aspectos, poderiam ser determinantes na formação/transformação das redes urbanas e "...dos espaços econômicos comandados ou servidos pelas cidades" (p.420).

Tomando-se a estrutura social

como base da organização territorial em seu processo histórico, "...desde a acumulação da renda da terra à constituição dos sistemas bancários e financeiros" (p.420), a gênese das redes urbanas estaria, de acordo com as análises precedentes, na "estrutura social das cidades, mais do que na soma de suas funções" (p.420). Assim, é que se estabeleceriam as desigualdades na hierarquia urbana, ou seja, as discriminações consideradas seriam as de natureza social.

Saltando para a realidade do chamado terceiro mundo, mais especificamente da América Latina, o autor considera ainda mais inaplicável, o princípio de uma rede hierarquizada de cidades, face os profundos desequilíbrios verificados nesses territórios fortemente marcados pela colonização espanhola, que teria gerado uma organização espacial pulverizada em pequenos centros de serviços, comandados pelas metrópoles nacionais que concentrariam nelas "...todas as alavancas econômicas, sociais e técnicas" (p. 421).

## Conclusões

O tema é dos mais fascinantes, por variadas razões, entre elas, a complexidade implícita ao conceito de funções, o caráter estruturador de seu papel, tanto em termos de um sistema, uma região, como em termos intra-urbanos, de sorte que se pode dizer que todos os demais "fenômenos" - em que pesem as disparidades de tamanho, forma, cultura e outras especificidades que caracterizam cada cidade e lhe imprimem identidade - relacionam-se em maior ou menor grau, às suas funções.

Por outro lado, as funções são fundamentalmente afetadas pelas demais componentes consideradas no processo histórico em que se desenvolvem as cidades, de modo que a relação pode ser entendida como dialética, em um panorama em constante transformação.

Compreendidas as funções das cidades conforme conceituação do

texto, ou seja, como "...categorias cujo conteúdo real se transforma no tempo.." (p. 414), a abordagem de Roncayolo leva a considerar que os modelos teóricos para explicar a organização do espaço resultam em partituras estáticas das relações funcionais, não se prestando a uma análise dinâmica do espaço.

A análise dinâmica do espaço estaria relacionada à estrutura social, o que implica, de um lado, analisar como, numa sociedade historicamente determinada, o espaço urbano é elaborado, ou seja, como os processos que têm lugar nas cidades determinam uma forma espacial. De outro lado, implica em analisar a essência das formas, ou seja, o papel por elas desempenhado nos diversos momentos por que passa a sociedade no tempo.

Nesse sentido, a formação social, entendida como uma totalidade social concreta historicamente determinada (Harnecker, 1972) que se exprime, a cada momento, através de processos que, por sua vez, se desdobram através de funções, enquanto estas se realizam através de formas (Santos, 1979), seria o ponto de partida e de chegada para o entendimento da gênese das redes urbanas.

Da abordagem, depreende-se a existência de uma grande lacuna quanto à teorização do processo de estruturação do espaço urbano no tempo, em particular, a ausência de um corpo teórico que permita relacionar a forma como o espaço urbano se estratifica ou se relativiza em decorrência dos processos econômicos, políticos e sociais que nele se desenrolam ou que lhe afetam.

Talvez esta lacuna derive, como sugere o autor, da própria complexidade e dinâmica com que se reveste o fenômeno urbano, tornando-se assim imperativas abordagens mais qualitativas e menos "funcionalistas", baseadas em variáveis meramente quantitativas.

Considerando que as cidades não são entes estanques e sim unidades de um conjunto - de uma região - sua posição na organização espacial corresponderia aos nós de uma rede

que se alimenta através de fluxos de intensidade e extensão variadas, e segundo uma determinada dinâmica que estabelece sua configuração e também modifica-a, amplificando as funções das cidades ou, contrariamente, marginalizando-as do processo de crescimento.

Vista sob este ângulo, a análise das redes de cidades em determinada organização territorial implica, necessariamente, na consideração da dimensão regional do processo. Nesse sentido, Pedrão (1999) também ressalta que a análise regional não pode ser mera aplicação de um instrumental não questionado e que, em sua atualidade, a questão regional remete à regionalidade do processo econômico, isto é, no modo como ele cria e absorve espaço, levando em conta como ele está escorado nas transformações do meio físico e nas do meio social.

Com tal entendimento, é possível explicar como certas regiões perdem sua hegemonia e importância em termos de participação na sociedade econômica, a exemplo do Nordeste do

Brasil, enquanto outras se credenciam a partir de sua maior mobilidade em termos de participação no processo de mudança.

Um olhar sobre a geografia econômica mundial permite visualizar que o fenômeno das chamadas cidades globais, ou seja, daquelas cidades que detêm o centro de comando do capital mundial, decorre justamente do fenômeno da acumulação no tempo e da sua capacidade de atualização tecnológica. Essas megacidades saíram ainda mais fortalecidas com a globalização, concentrando hoje a produção pós-industrial que envolve, além de uma gama variada de serviços ao produtor, a produção de tecnologia de ponta. Formam uma rede mundial poderosa e de certa forma articulada com as cidades que não representam os nós desse sistema, mas integram-no em níveis diferenciados.

Embora semelhantes, essas cidades mundiais não podem ser consideradas funcionalmente homogêneas, mesmo quando situadas em um único contexto nacional, como por

exemplo, Nova York e Washington que possuem especialidades distintas embora mantenham relações de complementaridade, além de outras funções paralelas em escala planetária. Entretanto, a repercussão dos novos espaços econômicos produzidos por essas cidades sobre o meio físico e social, embora cada vez mais evidenciados, ainda são pouco avaliados e, aí talvez, mais do que em outros contextos, as bases teóricas do estudo de funções mostrem-se ainda mais obsoletas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARNECKER, Marta. **Conceitos Elementais do Materialismo Histórico**. México, Siglo Veintiuno Editores, 1972.

PEDRÃO, Fernando. **A dimensão regional da sociedade econômica**. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, UNIFACS, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, Vozes, 1979.

# PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A UNIFACS reponde por uma considerável produção científica na área do desenvolvimento sócio-econômico regional, operando através do seu IPA - Instituto de Pesquisas Aplicadas que viabiliza os estudos e pesquisas concebidos no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas 2. Até a edição desta Revista, a UNIFACS/IPA produziu os seguintes trabalhos:

- Bahia - Oportunidades de Investimentos em Negócios
- Estudo Econômico da Bahia para Investidores Estrangeiros e Organizações Internacionais de Fomento
- História dos 30 anos da Indústria, Comércio e Turismo na Bahia
- Políticas e Estratégias para o Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia no Século XXI
- Manufatura Informal - Pesquisa na RMS
- Geração de Emprego e Renda em Salvador - Relatório de Pesquisa nos Bairros da Boca do Rio e do Imbuí
- Regionalização do Estado da Bahia - Proposta de Ação Articulada para a política de fomento às micro e pequenas empresas - Agências de Desenvolvimento Municipal
- Diagnósticos dos Distritos Industriais mantidos pelo Governo/Ba (Ilhéus, Vitória da Conquista, Jequié e Juazeiro)
- Planejamento Estratégico da SUDIC
- Perfil do Estudante Universitário Baiano
- Anais do Seminário Internacional sobre a Inserção do Semi-Árido Latino-Americano no processo de Globalização da Economia Mundial
- Bases para uma política de Comércio para a Bahia
- Indicadores de Desempenho Municipal

- Distribuição de Renda na cidade de Salvador. Quadro atual e perspectivas.
- Estudos de Desenvolvimento Municipal (Relatórios de Pesquisa de Campo - Diagnósticos Sócio-Econômicos) em 91 municípios do Estado da Bahia:

Laje	São Gabriel	Uauá
Mutuipe	Xique - Xique	Amargosa
Jiquiriçá	Jeremoabo	Aratuípe
Ubairá	Paulo Afonso	Cachoeira
Santa Inês	Itiruçu	Conceição do Almeida
Cravolândia	Jaquaguara	Cruz das Almas
Jacobina	Jequié	Elísio Medrado
Miguel Calmon	Maracás	Jaquaripe
Mirangaba	Buerarema	Maragójepe
Morro do Chapéu	Camacan	Muniz Ferreira
Ouroândia	Canavieiras	Muritiba
Várzea Nova	Mascote	Nazaré
Saúde	Una	Santo Amaro
Camamu	Campo Formoso	São Félix
Ituberá	Itiúba	São Miguel das Matas
Valença	Jaquarari	Sapeaçu
Igrapiúna	Pindobaçu	Varzedo
Nilo Peçanha	Senhor do Bonfim	Coaraci
Taperoá	Iaçú	Ilhéus
América Dourada	Ipirá	Itabuna
Barra do Mendes	Itaberaba	Itajuípe
Canarana	Mundo Novo	Uruçuca
Central	Rui Barbosa	Brejões
Gentio do Ouro	Casa Nova	Cabaceiras do Paraguaçu
Ibipeba	Curacá	Castro Alves
Ibititá	Juazeiro	Dom Macêdo Costa
Irecê	Pilão Arcado	Itatim
João Dourado	Remanso	Santo Antônio de Jesus
Lapão	Sento Sé	Livramento de Nossa Senhora
Presidente Dutra	Sobradinho	Feira de Santana
Conceição do Jacuípe		